

CARTA DE CURITIBA

As(os) assistentes sociais brasileiras(os) reunidas(os) no XXXIII Encontro Nacional CFESS/CRESS, na cidade de Curitiba (PR), entre os dias 4 e 7 de setembro de 2004, balizados em seu projeto ético-político profissional, afixam publicamente:

1. A defesa da luta por terra, trabalho e seguridade social pública no país;
2. A não banalização da violência e naturalização da pobreza, da exclusão e da subalternidade;
3. A concepção de seguridade social entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal. Consolidada num plano legal, a seguridade social tem sido atropelada, em todos os governos, por reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira;
4. O governo Lula tem convivido com uma grande contradição em seu discurso: adotar uma perspectiva de "inclusão social" mantendo a política econômica herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso claramente promotora da desigualdade social no país. Consta-se que a seguridade social pública está vivendo um processo de desmonte: os direitos conquistados pelos trabalhadores no âmbito da previdência social, por exemplo, foram subtraídos, destacando-se: queda no limite do teto da aposentadoria, cobrança da contribuição previdenciária dos pensionistas e aposentados e a criação de um amplo mercado para a previdência complementar, colocando os trabalhadores num horizonte de riscos e incertezas;
5. A assistência social está voltada para os pobres em extrema vulnerabilidade, mostrando-se restrita e limitada. Suas proposições inovadoras, como a criação do SUAS e a unificação dos programas de transferência de renda só poderão ser efetivadas se garantidos recursos no orçamento da união;
6. A saúde está se tornando um sistema cada vez mais fragmentado. Os três grandes subsistemas: o público (SUS), destinado a 130 milhões de brasileiros, o privado de atenção médica suplementar destinado a 40 milhões e o privado de oferta direta paga pelo usuário, evidenciam o descumprimento do princípio constitucional da universalidade nesse atendimento e a tendência a privatização desse direito. A precarização da saúde é agravada pelo aumento insuficiente da verba para esse setor: No ano de 2003, foram destinados 25 bilhões de reais para a saúde enquanto que em 2004 esse número passou para apenas 28,4 bilhões de reais;
7. No tocante ao ensino superior assiste-se ao avanço da educação como mercadoria. Entre 1988 e 2003, o número de cursos de graduação no país apresentou um crescimento de 107% , sendo que hoje 88% do total das instituições de ensino são privadas. O aumento da rede privada no período de 1998 a 2002 foi de 200% com a criação de 264 instituições. Essa tendência promove a criação de cursos voltados apenas para o mercado, em detrimento a uma formação crítica e humanista dos estudantes.

Diante desse panorama as(os) assistentes sociais apresentam algumas propostas para agenda política em defesa da seguridade social:

- Luta pela primazia do Estado nas políticas sociais públicas;
- Luta pela expansão do investimento público estatal na área social e combate às políticas focalistas, segmentadas e descontínuas;
- Luta pela alteração das políticas de contra-reforma, isto é, da tendência de privilegiar o capital especulativo financeiro em detrimento das políticas sociais que garantam os direitos dos brasileiros, numa perspectiva de distribuição de renda, riqueza e construção de uma cultura política democrática;
- Articulação de um fórum unificado de seguridade social com a participação dos Conselhos de Políticas e de Segmentos;
- Luta pela instalação do Conselho Nacional de Seguridade Social;
- Luta por uma nova ordem societária por meio da articulação dos segmentos sociais que pactuam com os princípios da liberdade, justiça social, democracia e cidadania.

Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social
Gestão 2002-2005
Curitiba – PR, 7 de setembro de 2004